



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 032/2022

Florianópolis, 27 de janeiro de 2021.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto contendo as Alterações 4.450 a 4.453 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

2. A Alteração 4.450 visa a internalizar no Regulamento do ICMS, o disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1966. Tal dispositivo foi incluído através do art. 3º da Lei nº 18.319, de 30 de dezembro de 2021, estabelecendo a alíquota de 17% para o imposto cobrado nas operações de importação de mercadorias ou bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional.

3. A Alteração 4.451 visa a internalizar o disposto na Seção II do Anexo I da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1966. Tal dispositivo foi alterado pelo art. 8º da Lei nº 18.319, de 2021, retirando o leite da lista de mercadorias de consumo popular. Por outro lado, o fabricante de laticínios estabelecido neste Estado passará a contar com crédito presumido de 4%, calculado sobre o valor da entrada de leite in natura produzido em território catarinense, conforme art. 35 do mesmo diploma legal. Tal alteração visa a dar mais competitividade ao leite produzido neste Estado.

4. A Alteração 4.452 visa a incluir no RICMS as isenções concedidas através dos arts. 27 e 29 da Lei nº 18.319, de 2021, especificamente em operações internas e interestaduais, conforme divisão estabelecida em Regulamento. Tais isenções, ressalte-se, abrangem saídas de medicamentos destinados ao tratamento de AME e de fibrose cística, com fundamento nos Convênios ICMS 100/21 e 149/21, assinados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

5. A Alteração 4.453 visa a incluir no RICMS as isenções concedidas através dos arts. 27 e 29 da Lei nº 18.319, de 2021, especificamente em operações com mercadorias importadas do exterior, conforme divisão estabelecida no RICMS. Tais isenções incidirão na entrada, neste Estado, de mercadorias importadas e destinadas ao tratamento de AME e de fibrose cística, com fundamento nos Convênios ICMS 100/21 e 149/21, assinados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Excelentíssimo Senhor
CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado
Florianópolis/SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 032/2022

6. Cláusula de vigência estabelecendo a produção de efeitos a partir do dia 1º de abril de 2022 para as Alterações 4.450 e 4.451, de forma a possibilitar tempo hábil para adequação dos contribuintes, bem como em respeito aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal. No que diz respeito às demais disposições, prevendo benefícios fiscais, foi estabelecida a produção de efeitos a partir da data de publicação desta regulamentação.

7. Por fim, solicitamos que a tramitação desta minuta de decreto ocorra em regime de urgência, tendo em vista a grande importância de seus dispositivos, em especial os relacionados a benefícios para medicamentos.

Respeitosamente,

PAULO ELI
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS												
RICMS, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II	ALTERAÇÃO 4.450	JUSTIFICATIVA												
Art. 26. § 7º	Art. 26. § 8º Aplica-se a alíquota prevista no inciso I do caput deste artigo às operações de importação de mercadorias ou de bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional (Lei nº 18.319/21, art. 3º).	A Alteração 4.450 visa a internalizar no Regulamento do ICMS, o disposto no § 6º do art. 19 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1966. Tal dispositivo foi incluído através do art. 3º da Lei nº 18.319, de 30 de dezembro de 2021, estabelecendo a alíquota de 17% para o imposto cobrado nas operações de importação de mercadorias ou bens integrantes de remessa postal ou de encomenda aérea internacional.												
RICMS, ANEXO 1, SEÇÃO II	ALTERAÇÃO 4.451	JUSTIFICATIVA												
Seção II Lista de Mercadorias de Consumo Popular (Art. 26, III, “d”) <table><tr><td>.....</td><td>.....</td></tr><tr><td>8.</td><td>Leite e manteiga</td></tr><tr><td>.....</td><td>.....</td></tr></table>	8.	Leite e manteiga	Seção II Lista de Mercadorias de Consumo Popular (Art. 26, III, “d”) <table><tr><td>.....</td><td>.....</td></tr><tr><td>8.</td><td>Manteiga (Lei nº 18.319/21, art. 8º)</td></tr><tr><td>.....</td><td>.....</td></tr></table>	8.	Manteiga (Lei nº 18.319/21, art. 8º)	A Alteração 4.451 visa a internalizar o disposto na Seção II do Anexo I da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1966. Tal dispositivo foi alterado pelo art. 8º da Lei nº 18.319, de 2021, retirando o leite da lista de mercadorias de consumo popular. Por outro lado, o fabricante de laticínios estabelecido neste Estado passará a contar com crédito presumido de 4%, calculado sobre o valor da entrada de leite <i>in natura</i> produzido em território catarinense, conforme art. 35 do mesmo diploma legal. Tal alteração visa a dar mais competitividade ao leite produzido neste Estado.
.....													
8.	Leite e manteiga													
.....													
.....													
8.	Manteiga (Lei nº 18.319/21, art. 8º)													
.....													
RICMS, ANEXO 2, CAPÍTULO I, SEÇÃO I	ALTERAÇÃO 4.452	JUSTIFICATIVA												

<p>Art. 2º</p> <p>.....</p> <p>LXXIX –</p> <p>.....</p>	<p>Art. 2º</p> <p>.....</p> <p>LXXX – enquanto vigorar o Convênio ICMS 100/21, a saída de medicamentos à base do princípio ativo Risdiplam, 0,75 mg/ml (setenta e cinco centésimos de miligrama por mililitro) x 80 ml (oitenta mililitros), pó para solução oral, classificado na NCM sob os códigos 3003.90.99 e 3004.90.99, destinado ao tratamento da Atrofia Muscular Espinal (AME), observado o seguinte (Lei no 18.319/21, art. 27):</p> <p>a) a fruição do benefício fica condicionada à autorização concedida pela ANVISA para a importação do medicamento;</p> <p>b) o valor correspondente ao benefício deverá ser deduzido do preço do respectivo produto, devendo o contribuinte demonstrar a dedução, expressamente, no documento fiscal; e</p> <p>c) não será exigido o estorno de crédito de que trata o art. 36 deste Regulamento.</p> <p>LXXXI – enquanto vigorar o Convênio ICMS 174/21, a saída do medicamento Trikafta (princípios ativos Elexacaftor, Tezacaftor e Ivacaftor), classificado na NCM sob o código 3004.90.69, destinado ao tratamento da Fibrose Cística (FC), observado o seguinte (Lei no 18.319/21, art. 29):</p> <p>a) a fruição do benefício fica condicionada à autorização concedida pela ANVISA para a importação do medicamento;</p> <p>b) o valor correspondente ao benefício deverá ser deduzido do preço do respectivo produto, devendo o contribuinte demonstrar a dedução, expressamente, no documento fiscal; e</p>	<p>A Alteração 4.452 visa a incluir no RICMS as isenções concedidas através dos arts. 27 e 29 da Lei nº 18.319, de 2021, especificamente em operações internas e interestaduais, conforme divisão estabelecida em Regulamento. Tais isenções, ressalte-se, abrangem saídas de medicamentos destinados ao tratamento de AME e de fibrose cística, com fundamento nos Convênios ICMS 100/21 e 149/21, assinados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).</p>
---	--	---

	<p>c) não será exigido o estorno de crédito de que trata o art. 36 deste Regulamento.</p> <p>.....</p>	
RICMS, ANEXO 2, CAPÍTULO I, SEÇÃO I	ALTERAÇÃO 4.453	JUSTIFICATIVA
<p>Art. 3º</p> <p>.....</p> <p>LXIII –</p> <p>.....</p>	<p>Art. 3º</p> <p>.....</p> <p>LXIV – enquanto vigorar o Convênio ICMS 100/21, a entrada de medicamentos à base do princípio ativo Risdipam, 0,75 mg/ml (setenta e cinco centésimos de miligrama por mililitro) x 80 ml (oitenta mililitros), pó para solução oral, destinado ao tratamento da Atrofia Muscular Espinal (AME), classificado na NCM sob o código 3003.90.99 e 3004.90.99, observado o seguinte (Lei no 18.319/21, art. 27):</p> <p>a) a fruição do benefício fica condicionada à autorização concedida pela ANVISA para a importação do medicamento;</p> <p>b) o valor correspondente ao benefício deverá ser deduzido do preço do respectivo produto, devendo o contribuinte demonstrar a dedução, expressamente, no documento fiscal; e</p> <p>c) não será exigido o estorno de crédito de que trata o art. 36 deste Regulamento.</p> <p>LXV – enquanto vigorar o Convênio ICMS 174/21, a entrada do medicamento Trikafta (princípios ativos Elexacaftor, Tezacaftor e Ivacaftor), classificado na NCM sob o código 3004.90.69, destinado ao tratamento da Fibrose Cística (FC), observado o seguinte (Lei no 18.319/21, art. 29):</p> <p>a) a fruição do benefício fica condicionada à</p>	<p>A Alteração 4.453 visa a incluir no RICMS as isenções concedidas através dos arts. 27 e 29 da Lei nº 18.319, de 2021, especificamente em operações com mercadorias importadas do exterior, conforme divisão estabelecida no RICMS. Tais isenções incidirão na entrada, neste Estado, de mercadorias importadas e destinadas ao tratamento de AME e de fibrose cística, com fundamento nos Convênios ICMS 100/21 e 149/21, assinados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).</p>

	<p>autorização concedida pela ANVISA para a importação do medicamento;</p> <p>b) o valor correspondente ao benefício deverá ser deduzido do preço do respectivo produto, devendo o contribuinte demonstrar a dedução, expressamente, no documento fiscal; e</p> <p>c) não será exigido o estorno de crédito de que trata o art. 36 deste Regulamento.</p> <p>.....</p>	
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	<p>Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:</p> <p>I – a contar de 1º de abril de 2022, quanto às Alterações 4.450 e 4.451; e</p> <p>II – a contar da data de publicação, quanto às demais disposições.</p>	<p>Cláusula de vigência estabelecendo a produção de efeitos a partir do dia 1º de abril de 2022 para as Alterações 4.450 e 4.451, de forma a possibilitar tempo hábil para adequação dos contribuintes, bem como em respeito aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal.</p> <p>No que diz respeito às demais disposições, prevendo benefícios fiscais, foi estabelecida a produção de efeitos a partir da data de publicação desta regulamentação.</p>